

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.633 - PR (2019/0244196-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI
ADVOGADOS : PATRICIA YAMASAKI - PR034143
RODRIGO BIEZUS - PR036244
AUGUSTO BECKER - RS093239
AGRAVADO : GERSON ANTONIO ASSMANN
ADVOGADOS : WILLY COSTA DOLINSKI - PR028302
MURIEL DE OLIVEIRA PEREIRA - PR056958
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORES : SERGIO SIMAO DIAS - PR032971
PAULO DA GAMA-ROSA CARDOSO FILHO - PR061949
ROBERTO B DEL CLARO
AGRAVADO : IESDE BRASIL S/A
ADVOGADOS : CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA - PR024456
GIOVANNA COSTANTINO BESS - PR065828
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUSA DO REGISTRO DE DIPLOMA. TEMA 928 DO STJ. ART. 9º, § 1º, INCISO III, DO RISTJ. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. REDISTRIBUIÇÃO QUE SE IMPÕE.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALE, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.513):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA 928 DO STJ. VIZIVALI. RECUSA DE REGISTRO DE DIPLOMA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
ADEQUAÇÃO DO JULGADO AO DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CPC-73, ART. 543-C, § 7º, II; CPC-2015, ART. 1040, II.

Em suas razões, a recorrente alegou a inexistência de responsabilidade pelos

transtornos decorrentes da dificuldade de registro de diploma do recorrido, matéria relacionada ao Tema 928 do STJ (e-STJ, fls. 1.222-1.249).

O apelo especial não foi admitido pelo Tribunal de origem em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ, fls. 1.678-1.679).

Brevemente relatado, decido.

O recurso trata de matéria referente a registro de diploma de ensino superior – Tema 928 do STJ.

Dispõe o art. 9º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça que a natureza da relação jurídica em litúgio determina a competência entre as Seções desta Corte e, no caso, está-se diante de competência da Primeira Seção, disciplinada no inciso III do § 1º do art. 9º do referido regimento interno.

A propósito:

PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. ESTADO DO PARANÁ. FORMAÇÃO DE DOCENTES. CREDENCIAMENTO. ATRASO NO REGISTRO DOS DIPLOMAS. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIXADO SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC.

1. Os Embargos de Declaração merecem prosperar para adequação ao que fixado pelo STJ nos RESPs 1.487.139/PR e 1.498.719/PR, julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 21/11/2017): "11. Teses jurídicas firmadas: 11.1. Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes, executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, a sua desconstituição ou revogação pelo próprio Conselho Nacional de Educação ou mesmo a sua não homologação pelo Ministério da Educação autorizam a tese de que a União é responsável, civil e administrativamente, e de forma exclusiva, pelo registro dos diplomas e pela consequente indenização aos alunos que detinham vínculo formal como professores perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados. 11.2. Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual já havia possibilitado o ingresso anterior dos alunos sem vínculo formal como professor de instituição pública ou privada (Portaria n. 93/2002 do Conselho Estadual de Educação do Paraná), a sua desconstituição ou revogação pelo próprio Conselho Nacional de Educação, ou mesmo a

sua não homologação pelo Ministério da Educação, ou, ainda, pelo Parecer n. 193/2007 do Conselho Estadual de Educação do Paraná autorizam a tese de que a União e o Estado do Paraná são responsáveis, civil e administrativamente, e de forma solidária, pelo registro dos diplomas e pela consequente indenização aos alunos que detinham vínculo apenas precário perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados. 11.3. Inexistindo ato regulamentar, seja do Conselho Nacional de Educação, seja do Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu relativamente a alunos estagiários, descabe falar em condenação dos aludidos entes, devendo a parte que entender prejudicada postular a indenização em face, tão somente, da instituição de ensino".

2. O caso dos autos coaduna-se com a hipótese do item "11.1" da ementa do julgamento do recurso representativo da controvérsia, de forma que deve prevalecer "a tese de que a União é responsável, civil e administrativamente, e de forma exclusiva, pelo registro dos diplomas e pela consequente indenização aos alunos que detinham vínculo formal como professores perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados".

3. Embargos de Declaração acolhidos para dar provimento ao Recurso Especial do Estado do Paraná.

(EDcl no AgRg no REsp n. 1.505.787/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 5/11/2019).

Dessa forma, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator